

Pedido de Informação número 2024002470020009999

A requerente já qualificada nos autos em epígrafe, com amparo no art. 15 da Lei 12.527 de 2011 e art. 13 da Lei nº 17.866 de 2013, vem, apresentar Recurso em primeira instância, o que faz nos seguintes termos:

I. PEDIDO DE INFORMAÇÃO NEGADO

I.I. OBJETO INFORMADO PELO ÓRGÃO NÃO CORRESPONDE AO FORMULADO NO PEDIDO

Verifica-se que, em resposta à solicitação em epígrafe, a Secretaria de Educação indefere o pedido de acesso à informação da requerente à inicial, alegando que a solicitação é mesma do processo SEI nº 32.011813/2023-52.

De forma diversa do que é alegado, a informação solicitada refere-se ao requerimento administrativo encaminhado para o protocolo da Secretaria de Educação, mediante e-mail: ddarprotocolo@educ.rec.br, em 30/01/2024, que há menção expressa ao objeto. A saber: Pagamento dos dias trabalhados na Escola Profissional de Areias. Confira-se:

PREFEITURA DO RECIFE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REQUERIMENTO PADRONIZADO - RP		
1 - IDENTIFICAÇÃO Elizabeth Cristina dos Santos Farias de Assis		1.2 MATRÍCULA 38.130-6
1.3 - LOTAÇÃO Secretaria de Educação		1.4 RPA
1.5 - CARGO - REFERÊNCIA Professor	1.6 CARGO REFERÊNCIA	COMISSIONADO -
1.7 - ENDEREÇO RESIDENCIAL (Rua, Av, Travessa, N°, Bairro, Cidade, Estado): Avenida São Paulo, 685, Apt. 102, Jardim São Paulo, Recife-PE		
1.8 - Telefones: (81) 98144-2581	1.9 - Identidade/Expedidor - UF 4541791-SDS	1.10 - CPF 887.291-174-53
2 - ASSUNTO DO REQUERIMENTO: Proventos		
2.1 - Email: beteesporte@gmail.com	2.2 - DESCRIÇÃO DO ASSUNTO: Pagamento dos dias trabalhados na Escola Profissional de Areias.	
3 - ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO		
DO LABOR: A professora acima citada, laborou na Escola Profissional de Areias de 10 de agosto de 2015 a 04/09/2015, computando-se os dias 05,06 por se tratar de descanso remunerado e 07 de setembro ser feriado, conforme folhas de pontos (anexo 1), Ofício nº 56/2015 -EPA (anexo2) e Termo de Depoimento das dirigentes da Escola Profissional de Areias, datado de 27/10/2015 (anexo3). Em que se pese ter a professora efetivamente laborado na Unidade Educacional mencionada, a Secretaria de Educação não efetuou o pagamento dos dias trabalhados. Sendo assim, requer o pagamentos integral dos dias trabalhados na Escola Profissional de Areias, nos termos do art. 4º d Lei Municipal nº 14.728/85, que veda o exercício gratuito de cargos públicos.		

VE SE REFERIR A UM ÚNICO ASSUNTO.
DE FORMA
AUTORIZAR NO VERSO DESSA FOLHA LAUDA

Já no que tange ao processo SEI nº 32.011813/2023-52, o objeto refere-se ao Ressarcimento de descontos realizados pela Administração. Veja-se a ementa do Parecer nº 1766/2023:

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO DE DESCONTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO. PRETENSÃO JÁ JULGADA IMPROCEDENTE, PELO PODER JUDICIÁRIO, EM DECISÃO DEFINITIVA. COISA JULGADA.

Nesse sentido, não há que se falar na impossibilidade de recebimento do pedido de acesso à informação.

Cabe considerar a desobediência Secretaria de Educação aos arts. 174 e 175 da Lei 14.728 de 1985 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife), tanto é verdade que o setor de protocolo da Secretaria de Educação se omitiu ao registro do requerimento. Sendo medida necessária o registro de reclamação nº 20246928, na Ouvidoria Geral do Município, em 21/02/2024.

Contudo, o registro do requerimento não foi feito. Observe-se abaixo a resposta da Secretaria de Educação, enviada em 18/03/2024, após o presente feito.

06/05/2024, 15:07

Gmail - Resposta do Atendimento

FariasJu <beteesporte@gmail.com>

Resposta do Atendimento
1 mensagem

Ouvidoria da Prefeitura do Recife <ouvidoria@recife.pe.gov.br>
Para: beteesporte@gmail.com

18 de março de 2024 às 11:50

Ouvidoria | Resposta da Manifestação



Nº do Protocolo: 20246928

Prezado(a) Senhor(a) Elizabete Cristina dos Santos Farias de Assis ,

A Ouvidoria-Geral do Município do Recife, agradece-lhe o contato. Informamos que recebemos a seguinte resposta da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , concernente à sua manifestação registrada através do Protocolo nº 20246928 .

Encaminhamos a solicitação para o setor competente para ciência da necessidade e para que sejam tomadas as providências cabíveis. Grata,

Nesse sentido, entende-se que o pedido deva ser deferido por esta Secretaria de Educação, tendo vista que o requerimento existe e o órgão mantém a negativa de acesso.

No mesmo sentido é o objeto do processo apreciado pelo judiciário. Destaca-se:

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital - Processo nº 0050666-36.2016.8.17.8201 DEMANDANTE: ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS FARIAS DEMANDADO: PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RECIFE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS FARIAS ingressou com a presente demanda em face do MUNICÍPIO DO RECIFE, postulando a nulidade do ato administrativo que determinou descontos sobre sua folha de pagamento e o reembolso da quantia de R\$ 2.028,81.

Assim, vê-se que, não se trata do objeto do pedido em questão. Dessa forma, entende-se cabível o acesso as informações solicitadas no pedido inicial.

Recife, 06 de mar de 2024